

Sumário

PARTE I DIREITO PENAL MILITAR

CAPÍTULO 1 ▶ INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO 2 ▶ APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR.....	29
1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR.....	29
1.1. Princípio de legalidade.....	29
1.2. Lei supressiva de incriminação	30
1.3. Retroatividade de lei mais benigna	30
1.4. Apuração da maior benignidade.....	31
1.5. Medidas de segurança.....	31
1.6. Lei excepcional ou temporária	32
1.7. Tempo do crime	32
1.8. Lugar do crime	33
1.8.1.Princípio da Territorialidade e Extraterritorialidade	34
1.8.2. Território nacional por extensão	34
1.9. Pena cumprida no estrangeiro	35
2. CRIME MILITAR.....	36
2.1. Definição.....	36
2.2. Crimes militares em tempo de paz.....	36
2.2.1. Crime doloso contra a vida de militar praticado por civil.....	45
2.3. Crimes Militares em tempo de guerra	48
3. MILITARES ESTRANGEIROS	49
4. EQUIPARAÇÃO A MILITAR DA ATIVA.....	50
5. MILITAR DA RESERVA OU REFORMADO.....	52
6. DEFEITO DE INCORPORAÇÃO.....	54
7. TEMPO DE GUERRA.....	56
7.1. Crimes praticados em tempo de guerra	57
8. CONTAGEM DE PRAZO	57
9. CRIMES PRATICADOS EM PREJUÍZO DE PAÍS ALIADO	57
10. INFRAÇÕES DISCIPLINARES	58
11. ASSEMBLADO	58
12. PESSOA CONSIDERADA MILITAR	59
13. EQUIPARAÇÃO A COMANDANTE	60
14. CONCEITO DE SUPERIOR.....	60

15. CRIME PRATICADO EM PRESENÇA DO INIMIGO.....	61
16. REFERÊNCIA A “BRASILEIRO” OU “NACIONAL”	61
16.1 SERVIDORES DA JUSTIÇA MILITAR	63
17. CASOS DE PREVALÊNCIA DO CÓDIGO PENAL MILITAR.....	63
CAPÍTULO 3 ► DO CRIME	65
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	65
2. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	66
2.1. Causalidade Simples	66
2.2. Causalidade Adequada	66
2.3. Relevância da Omissão. Nexo Normativo – Crimes comissivos por omissão..	67
3. <i>ITER CRIMINIS</i>	68
3.1. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	70
3.2. Arrependimento posterior.....	71
3.3. Crime impossível.....	72
4. CRIME MILITAR DOLOSO X CRIME MILITAR CULPOSO	74
4.1. Crime Militar Doloso.....	74
4.2. Crime Militar Culposos.....	75
5. ERRO NO DIREITO PENAL.....	77
5.1. Erro de Tipo	78
5.2. Erro de Proibição	78
5.3. Erro de Direito	78
5.4. Erro de Fato	80
5.5. Erro Sobre a Pessoa e Erro na execução	81
5.6. Erro quanto ao bem jurídico	82
6. EXCLUDENTES DE ILICITUDE.....	83
6.1. Estado de Necessidade.....	84
6.2. Legítima Defesa	86
6.3. Estrito Cumprimento de um Dever Legal.....	87
6.4. Exercício Regular de Direito.....	88
6.5. Excesso	89
6.5.1. Excesso Doloso	89
6.5.2. Excesso Culposos	89
6.5.3. Excesso escusável.....	90
7. ELEMENTOS NÃO CONSTITUTIVOS DO CRIME	90
8. CULPABILIDADE.....	91
8.1. Coação irresistível.....	92
8.2. Obediência Hierárquica.....	93
8.3. Estado de necessidade Exculpante	95

CAPÍTULO 4 ► IMPUTABILIDADE PENAL.....	99
1. INIMPUTÁVEIS	99
2. EMBRIAGUEZ	100
3. MENORIDADE	102
CAPÍTULO 5 ► DO CONCURSO DE AGENTES	103
1. CONCURSO DE AGENTES	103
1.1. Requisitos	103
1.2. Teorias Monista, Pluralista e Dualista do Concurso de Agentes	103
1.3. Teoria Adotada pelo CPM.....	104
1.4. Autoria e Participação.....	104
1.5. Condições e Circunstâncias Pessoais.....	105
1.6. Agravação e Atenuação da Pena	106
1.7. Cabeças – Interpretação Autêntica Contextual.....	106
1.8. Crimes que Preveem a Punibilidade dos Cabeças.....	108
1.9. Cooperação Dolosamente Distinta	109
CAPÍTULO 6 ► DAS PENAS	111
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	111
2. DAS PENAS PRINCIPAIS	112
2.1. Pena de Morte	113
2.2. Pena de Reclusão e de Detenção.....	115
2.3. Pena de Prisão	115
2.4. Pena de Impedimento	117
2.5. Pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função	118
2.6. Pena de Reforma	118
2.7. Questões pontuais sobre as penas principais	118
2.7.1. Superveniência de doença mental	118
2.7.2. Tempo de pena computável	119
2.7.3. Transferência de condenados.....	120
3. DA APLICAÇÃO DA PENA	120
3.1. Aplicação da pena no Direito Militar	120
3.1.1. Pena Base – circunstâncias judiciais.....	120
3.1.2. Pena Intermediária – agravantes e atenuantes.....	121
3.1.3. Pena definitiva – minorantes e majorantes.....	124
3.2. Criminoso habitual ou por tendência.....	125
3.4. Concurso de crimes – aplicação da pena.....	126
3.5. Crime continuado.....	128
4. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	130
4.1. Casos de revogação obrigatória.....	133

4.2. Casos de revogação facultativa	133
5. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	136
5.1. Revogação obrigatória	138
5.2. Revogação facultativa	138
6. DAS PENAS ACESSÓRIAS	139
6.1. Perda de posto e patente	139
6.2. Indignidade para o oficialato	143
6.3. Incompatibilidade com o oficialato	143
6.4. Exclusão das Forças Armadas	143
6.5. Perda da função pública	145
6.6. Inabilitação para o exercício de função pública	146
6.7. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela (Redação dada pela Lei nº 14.688, de 2023)	146
6.8. Suspensão dos direitos políticos	146
6.9. Efeitos da Condenação	147
6.10. Medidas de Segurança no Direito Penal Militar	147
6.10.1. Medidas de Segurança Pessoais detentiva	149
6.10.2. Medidas de Segurança Pessoais Não Detentivas	152
6.10.2.1. Tratamento Ambulatorial	152
6.10.2.2. Cassação de licença para dirigir veículos motorizados	152
6.10.2.3. Exílio local	153
6.10.2.4. Proibição de frequentar determinados lugares	153
6.10.3. Medidas de Segurança Patrimoniais	153
6.10.3.1. Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação	151
6.10.3.2. Confisco	152
7. AÇÃO PENAL MILITAR	154
8. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	158
8.1. Morte do Agente	159
8.2. Anistia, Graça Indulto	160
8.3. <i>Abolitio Criminis</i> (retroatividade de lei que não mais considera o fato criminoso)	161
8.4. Ressarcimento do Dano no Peculato Culposo	161
8.5. Reabilitação	161
8.6. Prescrição	163
8.6.1. Espécies de prescrição	164
8.6.1.1. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	164
8.6.1.1.1. Termo inicial da prescrição da Pretensão Punitiva (da ação penal)	166
8.6.1.1.2. Suspensão da prescrição da ação penal	167
8.6.1.1.3. Interrupção da prescrição da ação penal	168

8.6.1.2.	Prescrição da pretensão executória	171
8.6.1.2.1.	Suspensão da prescrição da execução da pena	172
8.6.1.2.2.	Interrupção da prescrição da execução da pena	172
8.6.1.2.3.	Prescrição no caso de reforma ou suspensão de exercício.....	172
8.6.2.	Disposições comuns a ambas as espécies de prescrição.....	172
8.6.3.	Imprescritibilidade das penas acessórias	173
8.6.4.	Modalidades especiais de prescrição	173
8.6.5.	Prescrição virtual, projetada, antecipada ou retroativa em perspectiva (baseada em uma pena hipotética).	175

Parte II

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

CAPÍTULO 1 ▶ DA LEI DE PROCESSO PENAL MILITAR E DA SUA APLICAÇÃO	179
1. PROCESSO PENAL MILITAR – CONCEITO.....	179
1.1. Fontes Orgânicas nos Processos da Justiça Militar da União	179
1.2. Divergência de Normas do CPPM e dos Tratados Internacionais	180
1.3. Interpretação das Normas Processuais Militares - Especificidades	181
1.3.1. Interpretação extensiva e restritiva – Regra especial.....	181
1.4. Suprimento dos casos omissos – Formas de Integração	182
1.5. Aplicação da Norma Processual no Espaço e no Tempo.....	182
1.5.1. Normas Processual no espaço e no tempo de Guerra.....	184
1.5.2. Norma Processual – Aplicação Intertemporal.....	184
1.6. Aplicação da Norma Processual à Justiça Militar Estadual.....	185
CAPÍTULO 2 ▶ DA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR.....	187
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS – FUNDAMENTO LEGAL	187
1.1. Exercício da Polícia Judiciária Militar	188
1.2. Delegação do Exercício da Polícia Judiciária Militar.....	190
1.3. Atribuição da Polícia Judiciária Militar.....	192
CAPÍTULO 3 ▶ INQUÉRITO POLICIAL MILITAR.....	193
1. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR - FINALIDADE	193
1.1. Acordo de Não Persecução Criminal na JMU	193
1.2. Caráter Instrutório de Elementos de Informação	194
1.3. Modos de Instauração do Inquérito.....	195
1.4. Infração de Natureza não Militar.....	197
1.5. Oficial General Infrator.....	197
1.6. Escrivão do Inquérito.....	197
1.7. Encarregado do Inquérito.....	198

1.8. Providências Preliminares ao Inquérito	198
1.9. Formação do Inquérito	198
1.10. Assistência do Membro do MPM.....	199
1.11. Reprodução Simulada dos Fatos	199
1.12. Sigilo do Inquérito.....	199
1.13. Incomunicabilidade do Indiciado.....	200
1.14. Detenção do Indiciado – Art. 18 CPPM	201
1.15. Oitivas na Fase do Inquérito	202
1.16. Prazo do Inquérito	202
1.16.1. Diligências não Concluídas	202
1.17. Ordem das Peças do Inquérito	203
1.18. Relatório e Solução do Inquérito.....	203
1.19. Arquivamento do Inquérito	203
1.20. Causas de Dispensa do Inquérito.....	205
CAPÍTULO 4 ► AÇÃO PENAL MILITAR E DO SEU EXERCÍCIO	207
CAPÍTULO 5 ► PROCESSO PENAL MILITAR EM GERAL	209
CAPÍTULO 6 ► DO JUIZ, AUXILIARES E PARTES DO PROCESSO	211
1. DO JUIZ.....	211
1.1. Casos de Impedimento do Juiz.....	211
1.2. Casos de suspeição do juiz	212
2. DOS AUXILIARES DO JUIZ.....	213
3. DOS PERITOS E INTÉRPRETES	214
4. DAS PARTES	215
4.1. Do acusador	215
4.2. Do assistente.....	217
4.3. Do acusado, seus defensores e curadores.....	219
CAPÍTULO 7 ► DENÚNCIA.....	223
CAPÍTULO 8 ► FORO MILITAR	227
CAPÍTULO 9 ► COMPETÊNCIA.....	231
1. DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	231
1.1. Lugar da infração	232
1.2. Lugar da Residência ou Domicílio do Acusado.....	235
1.3. Por prevenção.....	235
1.4. Pela Sede do Lugar de Serviço	236
1.5. Por Distribuição.....	237
2. CASOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	237

2.1. Da conexão e Continência.....	237
2.2. Do desaforamento	240
2.3. Prerrogativa do Posto ou da Função.....	243
3. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA	245
CAPÍTULO 10 ► QUESTÕES PREJUDICIAIS	247
1. QUESTÕES PREJUDICIAIS – CRISES DE INSTÂNCIA.....	247
1.1. Diferenças entre Questões Prejudiciais e Preliminares de Mérito	247
1.2. Classificação das questões prejudiciais	248
1.3. Sistema de solução	248
1.4. Procedimento em relação à prejudicial do Estado Civil das Pessoas.....	248
CAPÍTULO 11 ► INCIDENTES	251
1. DAS EXCEÇÕES EM GERAL.....	251
1.1. Da exceção de suspeição ou impedimento	251
1.2. Da exceção de incompetência	253
1.3. Da exceção de litispendência	254
1.4. Da exceção de coisa julgada	255
2. DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO.....	256
3. DO INCIDENTE DE FALSIDADE DE DOCUMENTO.....	259
CAPÍTULO 12 ► MEDIDAS PREVENTIVAS E ASSECURATÓRIAS.....	261
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	261
2. PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE COISAS OU PESSOAS	261
2.1. Busca	261
2.1.1. Busca domiciliar.....	262
2.1.2. Busca pessoal	264
2.2. Da apreensão.....	265
2.3. Restituição	266
3. PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE COISAS.....	268
3.1. Sequestro	268
3.2. Hipoteca legal.....	270
3.3. Arresto.....	271
4. PROVIDÊNCIAS QUE RECAEM SOBRE PESSOAS	271
4.1. Prisão provisória.....	271
4.2. Prisão em Flagrante	275
4.3. Prisão preventiva	279
5. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO	282
6. MENAGEM.....	282
7. LIBERDADE PROVISÓRIA	285
8. APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	286

CAPÍTULO 13 ▶ CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO	289
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	289
2. DA CITAÇÃO	289
2.1. Diferenças em relação ao Processo Penal Comum	289
2.2. Espécie de citação	291
2.2.1. Citação Real	291
2.2.2. Citação Presumida	291
2.3. Requisitos da citação	292
2.4. Procedimento	293
3. DAS INTIMAÇÕES E DAS CITAÇÕES	294
4. REVELIA DO ACUSADO.....	295
CAPÍTULO 14 ▶ ATOS PROBATÓRIOS.....	297
1. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	297
2. QUALIFICAÇÃO E DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO	299
3. CONFISSÃO	303
4. PERGUNTAS AO OFENDIDO.....	305
5. PERÍCIAS E EXAMES	305
6. TESTEMUNHAS.....	309
7. ACAREAÇÃO	312
8. RECONHECIMENTO DE PESSOA E DE COISA.....	313
9. DOCUMENTOS.....	314
10. INDÍCIOS	316
CAPÍTULO 15 ▶ PROCESSO EM ESPÉCIE	317
CAPÍTULO 16 ▶ PROCESSO ORDINÁRIO.....	319
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	319
2. INSTRUÇÃO CRIMINAL	320
2.1. Prioridade de instrução. Polícia e ordem das sessões. Disposições Gerais ..	320
2.2. Início do processo ordinário	324
2.3. Instalação do Conselho de Justiça	325
2.4. Revelia.....	327
2.5. Inquirição de testemunhas, reconhecimento de pessoa ou coisa	328
2.6. Qualificação e do interrogatório do acusado. Exceções que podem ser opostas.....	330
2.7. Diligências complementares e alegações escritas	331
2.8. Da sessão do julgamento e da sentença	332
CAPÍTULO 17 ▶ PROCESSOS ESPECIAIS.....	341
1. PROCESSO DE DESERÇÃO EM GERAL	341

1.1. Processo de deserção de oficial	342
1.2. Processo de deserção de praça com ou sem graduação e de praça especial	344
2. PROCESSO DE CRIME DE INSUBMISSÃO	347
3. “HABEAS CORPUS”	349
4. PROCESSO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS	355
5. PROCESSO DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	356
5.1. Instrução criminal.....	356
5.2. Julgamento.....	357
6. CORREIÇÃO PARCIAL	358
CAPÍTULO 18 ► NULIDADES.....	361
1. CONSIDERAÇÕES INICIAS – DEVIDO PROCESSO LEGAL	361
1.2. Espécies de vícios processuais.....	361
1.2.1. Irregularidades.....	362
1.2.2. Atos Inexistentes.....	362
1.2.3. Nulidades.....	362
1.2.3.1. Nulidades Absolutas	362
1.2.3.2. Nulidades Relativas.....	363
1.2.3.3. Sem Prejuízo não Nulidade (<i>pas de nullité sans grief</i>)	363
1.2.3.4. Casos de Nulidades	363
1.2.3.5. Impedimento para arguição da Nulidade	364
1.2.3.6. Nulidade não Declarada	364
1.2.3.7. Falta de Citação. Presença do Acusado. Consequência.....	365
1.2.3.8. Oportunidade para Arguição da Nulidade	365
1.2.3.9. Silêncio das Partes.....	365
1.2.3.10. Retificação, Revalidação e anulação dos atos Decisórios ...	366
CAPÍTULO 19 ► RECURSOS.....	367
1. REGRAS GERAIS	367
1.1. Pressupostos Objetivos: cabimento, adequação, tempestividade inexistência de fato impeditivos ou extintivos.....	368
1.2. Pressupostos Subjetivos. Legitimidade e interesse	368
2. RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO (RSE).....	370
3. APELAÇÃO	372
4. EMBARGOS.....	373
4.1. Embargos Infringentes e de Nulidade	374
4.2. Embargos de declaração	374
5. REVISÃO.....	377
6. DOS RECURSOS DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	379
6.1. Recurso Extraordinário	381

6.2. Recurso Ordinário Constitucional.....	382
7. RECLAMAÇÃO	382
8. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	383
CAPÍTULO 20 ► EXECUÇÃO.....	387
1. EXECUÇÃO DA SENTENÇA	387
1.1. Disposições gerais.....	387
2. DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE	388
2.1. Pena de Reclusão e de Detenção	388
2.2. Medida de segurança	389
3. PENAS PRINCIPAIS NÃO PRIVATIVAS DA LIBERDADE E DAS ACESSÓRIAS	390
CAPÍTULO 21 ► INCIDENTES DA EXECUÇÃO	391
1. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	391
1.1. Casos de revogação obrigatória.....	393
1.2. Casos de revogação facultativa	393
2. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL	394
2.1. Revogação obrigatória	396
2.2. Revogação facultativa	397
CAPÍTULO 22 ► INDULTO, COMUTAÇÃO DA PENA, ANISTIA E REABILITAÇÃO	399
1. INDULTO, COMUTAÇÃO DA PENA E ANISTIA.....	399
2. REABILITAÇÃO.....	400
CAPÍTULO 23 ► EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	403
1. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	403
1.1. Exílio local.....	404
1.2. Proibição de frequentar determinados lugares.....	404
1.3. Fechamento de estabelecimentos e interdição de associações	404
CAPÍTULO 24 ► JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA.....	407
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	407
1.1. Conselho Superior.....	407
1.2. Conselho de Justiça	408
1.3. Auditorias	408
2. PROCESSO.....	409
2.1. Inquérito.....	409
2.2. Recursos	411
3. DISPOSIÇÕES ESPECIAIS RELATIVAS À JUSTIÇA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA.....	411
Capítulo 25 ► PRINCIPAIS JULGADOS DO STM - EM TESES.....	413
Capítulo 26 ► ENTENDIMENTOS DO STF SOBRE PONTOS IMPORTANTES.....	439